LEGISLAÇÃO RELEVANTE

- SUMÁRIO MENSAL -

JANEIRO 2023





Relatório da EBA CP/2022/13

11 DE JANEIRO DE 2023

Instituições de Pagamento

Avaliação pela EBA sobre os procedimentos de autorização de instituições de pagamento e de instituições de moeda electrónica ao abrigo da versão revista da Directiva Serviços de Pagamento (DSP2). Este relatório constatou um aumento geral da transparência e consistência das informações exigidas nos procedimentos de autorização. No entanto, também identificou divergências significativas na avaliação feita pelas autoridades competentes e no grau de escrutínio dos pedidos. Disponível aqui





Lei n.º 2/2023

16 DE JANEIRO DE 2023

PBCFT

Completa a transposição da Directiva (UE) 2017/541, alterando a Lei de Combate ao Terrorismo, o Código Penal, o Código de Processo Penal e legislação conexa.

Disponível <u>aqui</u>





Comunicado BdP

20 DE JANEIRO DE 2023

Síntese Actividade Sancionatória 2022

Ao longo do ano de 2022, o Banco de Portugal instaurou 660 processos de contraordenação e concluiu 710. s decisões proferidas nos 710 processos concluídos deram lugar à aplicação de coimas no montante total de €14.800.500,00 (catorze milhões oitocentos mil e quinhentos euros), dos quais € 1.843.500,00 (um milhão oitocentos e quarenta e três mil e quinhentos euros) suspensos na sua execução. Disponível aqui





Aviso BdP n.º 1/2023

24 DE JANEIRO DE 2023

PBCFT - CRIPTOACTIVOS

Define, entre outros aspectos, as condições de exercício dos deveres preventivos; os procedimentos, os instrumentos, os mecanismos, as formalidades de aplicação, as obrigações de prestação de informação e os demais aspectos que, em cada momento, se mostrem adequados e necessários à adopção de medidas que permitam ou facilitem a verificação, pelo Banco de Portugal, do cumprimento daqueles deveres preventivos e demais obrigações previstas na Lei n.º 83/2017, de 18 de Agosto; e os meios e os mecanismos necessários ao cumprimento, pelas entidades que exercem actividades com activos virtuais, dos deveres previstos na Lei n.º 97/2017, de 23 de Agosto, tendo em vista a aplicação e a execução de medidas restritivas aprovadas pela Organização das Nações Unidas ou pela União Europeia. Disponível aqui





Instrução BdP n.º 1/2023

30 DE JANEIRO DE 2023

Instituições de Pagamento e das Instituições de Moeda Eletrónica

Densifica o quadro regulamentar aplicável à actividade das Instituições de Pagamento e das Instituições de Moeda Electrónica. Revoga as Instruções BdP n.º 27/2009 e n.º 14/2014. Disponível aqui





A presente informação destina-se a ser distribuída pelos associados da ASFAC e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de apoio a uma decisão sem acompanhamento profissional qualificado.

Para informação adicional, contacte:

<u>João Espanha</u>, Partner joao.espanha@espanhaassociados.pt

<u>Leonor Futscher de Deus</u>, Senior Associate Lawyer Leonor.deus@espanhaassociados.pt

<u>Filipe Ravara</u>, Associate Lawyer Filipe.ravara@espanhaassociados.pt

Tel: + (351) 21 353 8705 www.espanhaassociados.pt



